ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove (11/09/2019), às dezesseis horas e nove minutos (16 horas e 09 minutos), na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de São Gotardo, deu-se início a Terceira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, com a presença dos Conselheiros Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo, José Luiz Messias Neto, Judite Aparecida Bastos Leal Cruz, Sabrina de Castro Barbosa, Lucineia Veriana Alves, Vinycius Felipe e Silva, Lázaro Felipe de Souza Braz, Dener Henrique de Castro, Olavo Siqueira Veloso e Guilherme Anthony de Oliveira. Participou também da reunião o colaborador da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Thiago Braga Pinheiro. Os conselheiros Sislende de Fátima Barbosa, José Paulo Lucio Campos, Rafael de Jesus Pereira, Sargento Weliton de Resende, Cabo Márcio Martins dos Santos, Patrícia Lopes, Júlio Alves Caixeta Júnior, Adair Nogueira Marques, José Enis de Paula e Gerenilza Maria Camargos Lopes não participaram da reunião e justificaram as suas ausências por motivos particulares. A reunião foi aberta pela Presidente do CODEMA, Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo, que iniciou sua fala com a leitura da ata da Segunda Reunião Ordinária do CODEMA. O colaborador da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Thiago Braga Pinheiro apresentou uma ressalva à ata, recomendada pelo Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de São Gotardo: os Conselheiros Lucineia Veriana Alves, Sislende de Fátima Barbosa, José Paulo Lucio Campos, Sargento Weliton de Resende, José Enis de Paula, Cabo Márcio Martins dos Santos, Patrícia Lopes, Júlio Alves Caixeta Júnior, Vinycius Felipe e Silva e Gerenilza Maria Camargos Lopes não participaram da reunião e justificaram as suas ausências por motivos particulares. Em seguida a Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo destacou o resultado positivo do envio dos documentos-base da reunião antecipadamente, via WhatsApp (a saber Pareceres Técnicos, Legislações e Solicitações Diversas), e, logo após, deu início à apresentação das Demandas do Sistema Municipal do Meio Ambiente - SISAM para que os Conselheiros deliberassem sobre elas. A primeira demanda apresentada tratava da proposta de Resolução do CODEMA de número 001/2019, que estabelece critérios processuais para emissão de autorização ambiental de funcionamento das atividades consideradas de impacto ambiental não significativo. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo explicou aos demais Conselheiros que a publicação desta Resolução simplificaria o processo de Licenciamento Ambiental Municipal, porque a decisão sobre o pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental será deferida ou indeferida pelo corpo técnico e jurídico do SISAM, após análise documental e do Parecer Técnico, ficando à disposição do CODEMA o extrato de todas as licenças de baixo impacto deferidas pelo SISAM. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade a publicação da Resolução 001/2019. A segunda demanda apresentada tratava da proposta de Deliberação Normativa do CODEMA de número 001/2019, que dispõe sobre a vedação da realização de queimadas em lotes urbanos no município de São Gotardo e dá outras providências. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo explicou aos demais Conselheiros o conteúdo desta Deliberação Normativa, esclarecendo que a Fiscalização Ambiental para esses casos agirá mediante denúncia e flagrante, tanto em lotes urbanos que estiverem queimando no momento da vistoria quanto em lotes urbanos com vestígios de queimadas. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade a publicação da Deliberação Normativa 001/2019. A terceira demanda apresentada tratava da proposta de Deliberação Normativa do CODEMA de número 002/2019, que estabelece critérios e procedimentos para a definição de compensação ambiental nos processos de Licenciamento Ambiental de empreendimentos localizados em áreas de relevante interesse ambiental do município

de São Gotardo/MG e dá outras providências. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou aos demais Conselheiros o conteúdo desta Deliberação Normativa. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade a publicação da Deliberação Normativa 002/2019. A quarta demanda apresentada tratava do Pedido de supressão de 02 (duas) árvores da espécie escumilha-africana (*Lagerstroemia speciosa*) localizadas na Rua Pinheiro Machado, número 787, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, em São Gotardo/MG, protocolada pela senhora Léia Mendes de Melo Lopes. A proposta foi debatida pelos Conselheiros e por 05 (cinco) votos a 02 (dois), e com 01 (uma) abstenção, a proposta foi aprovada com 02 (duas) condicionantes: a proponente tem até 60 (sessenta) dias para suprimir as árvores e plantar outras 02 (duas) mudas indicadas para calçada no local; a proponente também fica responsabilizada por garantir a integridade, conservação e a manutenção das árvores que serão plantadas. A quinta demanda apresentada tratava da Proposta da Secretaria de Obras Públicas, Serviços Urbanos e Transportes referente à compensação do pedido de supressão de 35 (trinta e cinco) árvores localizadas na calçada do Cemitério Municipal. A compensação consiste em plantar mais 11 (onze) árvores na calçada do outro lado da Avenida Rio Branco, em frente ao Colégio Dimensão, de maneira a arborizar o estacionamento, além das 12 (doze) mudas de cróton (*Codiaeum variegatum*), 12 (doze) mudas de cedro (*Cedrus sp.*) e 01 muda de guapuruvu (*Schizolobium parahyba*) plantadas no canteiro central da Avenida Rio Branco pelo Colégio Dimensão em um evento na Semana Nacional da Família, em agosto de 2019. A Conselheira Judite Aparecida Bastos Leal Cruz ressaltou que a Secretaria de Obras Públicas, Serviços Urbanos e Transportes deve se responsabilizar pela manutenção das mudas plantadas. A sexta demanda apresentada tratava do Pedido de supressão de 17 (dezesete) árvores, sendo elas 07 (sete) ipês-amarelos (*Handroanthus albus*), 02 (duas) pitangueiras (*Eugenia uniflora*), 03 (três) mangueiras (*Mangifera indica*), 02 (duas) laranjeiras (*Citrus sinensis*), 02 (duas) goiabeiras (*Psidium guajava*) e 01 (uma) macaúba (*Acrocomia aculeata*), na Rua Olímpio Gonsalves Resende, número 1010, no Bairro Taquaril, em São Gotardo, protocolado pela senhora Patrícia Isabel Pereira Tolentino. A proposta foi debatida pelos Conselheiros. O Conselheiro Vinycius Felipe e Silva perguntou se o loteamento no qual os lotes estão inseridos tem uma área verde. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo respondeu-o que existe uma área verde no local. O Conselheiro Vinycius Felipe e Silva então sugeriu a autorização do corte mediante devida compensação ambiental dentro da área verde do loteamento. O Conselheiro José Luiz Messias Neto fez o uso da palavra e ressaltou que como medida de compensação para cada ipê-amarelo suprimido devem ser plantadas outras 05 (cinco) mudas da mesma espécie; e para cada uma das pitangueiras, mangueiras, laranjeiras, goiabeiras e para a macaúba que serão suprimidas a compensação ambiental corresponde ao plantio de 01 (uma) muda. Foi aberta a votação da Proposta e por unanimidade foi autorizada a supressão das 17 (dezesete) árvores e ficou decidido que como compensação ambiental, a proprietária deverá providenciar o plantio de 35 mudas de ipê-amarelo e 10 mudas de espécies nativas do bioma Cerrado, incluindo frutíferas, na área verde do loteamento. A sétima demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45766/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento R P Lima. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e estabeleceram como condicionantes ambientais: a instalação de recipiente (lixeira) na calçada da frente do imóvel; o plantio de 01 (uma) muda de árvore na calçada do comércio; e o plantio de 10 (dez) mudas de ipê, a cada 05 (cinco) metros, canteiro central de frente ao imóvel, na margem do Córrego Confusão. Também ficou estabelecido que a manutenção das 11 (onze) mudas ficará a cargo do empreendedor. A oitava demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45303/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento Idelcídio Rodrigues de Bessa 58691200634. A Conselheira Leidiane

Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e não estabeleceram condicionantes ambientais. A nona demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45371/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento Maria Ivoneide Silva Martins 01871372348. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e estabeleceram como condicionante ambiental: o plantio de 01 (uma) muda na calçada do imóvel onde o empreendimento se localiza ou o plantio de 05 (cinco) mudas na Avenida Hermenegildo José de Oliveira. Ficará a cargo da empreendedora a escolha da condicionante. A décima demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45288/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento MHCS Gestão e Serviços de Apoio ao Agronegócio Eireli. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e não estabeleceram condicionantes ambientais. A décima primeira demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45289/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento JRC Gestão e Serviços de Apoio ao Agronegócio Eireli. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e não estabeleceram condicionantes ambientais. A décima segunda demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45824/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento MR Gestão e Serviços de Apoio ao Agronegócio LTDA. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e não estabeleceram condicionantes ambientais. A décima terceira demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45291/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento ECS Gestão e Serviços de Apoio ao Agronegócio LTDA. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e não estabeleceram condicionantes ambientais. A décima quarta demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45823/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento Sweet Decor Festas e Decorações Eireli. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e estabeleceram como condicionante ambiental o plantio de 01 (uma) muda de árvore na calçada do comércio. A décima quinta demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45287/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento ALCA Gestão e Serviços de Apoio ao Agronegócio LTDA. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e não estabeleceram condicionantes ambientais. A décima sexta demanda apresentada diz respeito ao Processo Administrativo de número 45852/2019, referente ao pedido de Dispensa de Licenciamento Ambiental do empreendimento Emerson Santos Silva 05100113570. A Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou o Parecer Único e foi aberta a votação. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o pedido e estabeleceram como condicionante ambiental: o plantio de 01 (uma) muda de árvore na calçada do comércio. Encerrada a apresentação das demandas, a Conselheira Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo apresentou dois temas para que os Conselheiros pudessem refletir e promover discussões em futuras reuniões do CODEMA: o estabelecimento de regras para construção em áreas de APP; e possíveis propostas para regularização ambiental de áreas de solo hidromórfico na área urbana de São Gotardo. Nada mais havendo a tratar, a

Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às dezessete horas e trinta e cinco minutos (17 horas e 35 minutos) deu por encerrada a reunião. E para constar, eu, Thiago Braga Pinheiro, colaborador da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Gotardo e membro do SISAM, redigi e lavrei a presente Ata em 4 (quatro) páginas, numeradas de 8 a 11 (oito a onze), que lida e aprovada será assinada por mim, pela Presidente e pelos demais Conselheiros presentes nesta reunião. São Gotardo-MG, onze de setembro do ano de dois mil e dezenove (11/09/2019).

Leidiane Gonçalves de Paula Rabelo
Presidente do CODEMA

Sabrina de Castro Baborsa
Vice-Presidente

Thiago Braga Pinheiro
Colaborador da Secretaria de Meio
Ambiente

Lázaro Felipe de Souza Braz
Diretor do Departamento de Agricultura

Judite Aparecida Bastos Leal Cruz
Diretora de Controle de Poluição

José Luiz Messias Neto
Diretor de Áreas Verdes

Lucineia Veriana Alves
Setor de Habitação

Guilherme Anthony de Oliveira
Cooperativa Agropecuária do Alto
Paranaíba- COOPADAP

Dener Henrique de Castro
EMATER/IEF

Vinycius Felipe e Silva
Diretor de Educação Ambiental

Olavo Siqueira Veloso
Tesoureiro